

Caso Marielle fica no Rio, e não com a Polícia Federal, decide o STJ de forma unânime

Por oito votos a zero, ministros rejeitam federalização e decidem que apuração continua no Ministério Público e a Polícia Civil do Rio, como queriam os familiares da vereadora, assassinada em março de 2018

[\(El País, 27/05/2020 | Felipe Betim\)](#)

Alívio para familiares e amigos da vereadora [Marielle Franco](#). O [Supremo Tribunal de Justiça \(STJ\)](#) rejeitou nesta quarta-feira de forma unânime a federalização das investigações do assassinato político da vereadora do PSOL e do motorista Anderson Gomes. O julgamento ocorreu em meio à crescente tensão política no país, com as suspeitas de que o presidente [Jair Bolsonaro](#) está interferindo politicamente na Polícia Federal —a acusação, feita pelo ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sergio Moro, gerou a abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal. Caso acatado, as investigações sairiam das mãos do Ministério Público e da Polícia Civil do Rio e passariam para a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

PF vê participação de ministro do Turismo em esquema de

laranjas

Investigação sob sigilo suspeita de falsidade ideológica de Marcelo Álvaro Antônio, que diz haver ilações sem base e confiar na Polícia Federal

[\(Folha de S.Paulo, 05/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Após 30 dias de investigação, a Polícia Federal vê elementos de participação de Marcelo Álvaro Antônio, ministro do Turismo, no [esquema de candidaturas de laranjas do PSL](#) em Minas Gerais na eleição de 2018.

Investigadores apuram inicialmente a suspeita do crime de falsidade ideológica. Outro crime em apuração é o de lavagem de dinheiro.

Depoimentos prestados (entre eles o de um nome inédito até aqui), áudios obtidos pela PF e documentos colhidos levam a investigação do caso ao ministro do Turismo do governo Jair Bolsonaro. O próximo passo é aprofundar as investigações para identificar qual foi a participação do ministro em eventuais crimes.

A Folha revelou em fevereiro que Álvaro Antônio, que era presidente do PSL em Minas Gerais na última eleição, [patrocinou um esquema de candidaturas de laranjas](#) com uso de verba pública eleitoral. Ele nega irregularidades.

O jornal mostrou também outros casos em Pernambuco. O escândalo levou à queda do ministro Gustavo Bebianno da Secretaria-Geral da Presidência —ele era presidente nacional do PSL no ano passado.

O presidente Jair Bolsonaro tem dito que a situação do ministro do Turismo causa desgaste para o governo e que espera a conclusão da apuração da PF para decidir o destino de Álvaro Antônio.

Além de depoimentos de candidatas usadas como laranjas, a PF colheu e recebeu documentos que estão sendo considerados importantes para o inquérito —que não tem previsão para ser concluído.

[Zuleide Oliveira](#), 42, de Santa Rita de Caldas (MG), que envolveu o ministro diretamente no caso em entrevista à Folha em março, entregou recibos de

pedágio como forma de provar que se deslocou para Belo Horizonte no dia em que disse ter tido uma reunião com Álvaro Antônio, em setembro do ano passado.

Ela reafirmou à polícia que o ministro lhe ofereceu dinheiro do fundo partidário para sua campanha, no valor de R\$ 60 mil, com a condição de que ela devolvesse R\$ 45 mil.

O encontro ocorreu, segundo Zuleide, no escritório do político na capital mineira, em um prédio que exige identificação na entrada, até com foto. A PF busca esses registros.

Três testemunhas que estavam na sala, segundo seu depoimento, também serão ouvidas –e são consideradas peças-chave na apuração.

No celular de Zuleide, que agora está com os investigadores, foram encontrados diversos áudios com dirigentes do PSL de Minas, incluindo assessores de Álvaro Antônio.

Uma outra candidata, Neia Rodrigues, 37, cujo relato ainda não era conhecido, prestou depoimento e disse ter sido usada como laranja também. Ela foi ouvida em Belo Horizonte na semana passada.

Com Neia e Zuleide, já são quatro denúncias feitas sobre o esquema. A Folha também mostrou os relatos de [Cleuzenir Barbosa](#), 47, que disse que o ministro tinha conhecimento do escândalo, e de [Adriana Borges](#), 54, que afirmou ter recebido um pedido de um assessor de Álvaro Antônio para devolver R\$ 90 mil de dinheiro público ao partido.

Depoimentos de uma quinta e uma sexta denunciante são esperados pela polícia nos próximos dias.

O Ministério Público de Minas também investiga o caso.

Reportagem da Folha de 4 de fevereiro mostrou que o ministro patrocinou um esquema de candidaturas de laranjas em Minas que direcionou verbas públicas de campanha para empresas ligadas ao seu gabinete na Câmara.

De R\$ 279 mil repassados pelo PSL a quatro candidatas, ao menos R\$ 85 mil

foram parar oficialmente na conta de quatro empresas de assessores, parentes ou sócios de assessores de Álvaro Antônio.

As quatro candidatas foram ouvidas, mas negaram irregularidades ou que tenham atuado como laranjas. A investigação está sob sigilo.

O ministro tem negado participação no esquema e tem dito que seguiu a lei na eleição.

Na semana passada, a reportagem acompanhou sua visita à Câmara para uma reunião na comissão do Turismo.

Ele conversou de forma privada com alguns parlamentares e atacou a imprensa. [“Tirando a Folha de S.Paulo e a Globo, está tudo bem”](#), respondeu a um deputado que o cumprimentou, após a pergunta “opa, ministro, tudo certo?”.

A um dos colegas com quem conversou, disse que a PF não encontrou nada sobre ele na investigação e que o problema são as reportagens da Folha.

Além do caso de Minas, a Folha também revelou situação similar em Pernambuco.

O grupo do atual presidente do PSL, Luciano Bivar (PE), segundo vice-presidente da Câmara dos Deputados, criou uma candidata laranja em seu estado que [recebeu do partido R\\$ 400 mil de dinheiro público](#) na eleição de 2018.

Maria de Lourdes Paixão, 68, que oficialmente concorreu a deputada federal e teve apenas 274 votos, foi a terceira maior beneficiada com verba do PSL no país, mais do que Jair Bolsonaro e a deputada Joice Hasselmann (SP), essa com 1,079 milhão de votos.

A série de reportagens levou o governo à primeira grande crise, [culminando na queda de Bebianno](#) em 18 de fevereiro.

Representante do Ministério Público no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o vice-procurador-geral eleitoral, Humberto Jacques de Medeiros, defende que, em casos de uso de candidatas laranjas para burlar a cota de 30% de

candidaturas femininas, todos os integrantes da coligação sejam punidos com inelegibilidade e/ou perda do mandato.

“Se há algo de errado, cai o conjunto inteiro, todo mundo que participou da fraude e se beneficiou dela”, disse Medeiros à Folha no mês passado.

O TSE começou a julgar em meados de fevereiro um processo sobre laranjas na eleição municipal de 2016. O ministro Edson Fachin pediu vista e a análise deve ser retomada nas próximas semanas.

Em nota enviada por sua assessoria, o ministro disse que “mais uma vez, a Folha de S.Paulo age de forma política e partidária para fazer ilações sem qualquer base. O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, aguarda o fim das investigações com tranquilidade e confiança na seriedade e profissionalismo da Polícia Federal”.

Camila Mattoso

PF vai investigar crime de ódio contra mulheres na internet

Lei que determina competência da PF para este crime foi publicada no ‘Diário Oficial da União’. Também foi publicada lei que criminaliza o descumprimento de medidas protetivas à mulher.

[\(G1, 04/04/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A Polícia Federal (PF) também vai poder investigar crimes virtuais contra as mulheres. A lei que estabelece esta nova atribuição à PF foi sancionada pelo presidente Michel Temer e publicada no “[Diário Oficial da União](#)” nesta quarta-feira (4).

O texto foi [aprovado pelo Senado no mês passado](#), na véspera do Dia

Internacional da Mulher. Atualmente, a PF pode atuar em crimes como sequestro, formação de cartel e violação dos direitos humanos quando houver repercussão interestadual ou internacional.

Também foi publicada no “Diário Oficial da União” lei que altera a Lei Maria da Penha a fim de criminalizar o descumprimento de medidas protetivas de urgência à mulher.

De acordo com a lei, a pessoa que descumprir uma medida estará sujeita à pena de detenção de três meses a dois anos.

Entre as medidas protetivas previstas pela Lei Maria da Penha, estão:

- afastamento do agressor do lar ou do local de convivência com a vítima;
- proibição ao agressor de se aproximar ou entrar em contato com a vítima, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
- proibição ao agressor de frequentar determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da vítima.

Operação Falso Juramento mira em cobrança de parto pelo SUS no RS

Polícia Federal identificou que dois médicos podem ter recebido R\$ 1,6 milhão em 13 anos; investigação aponta casos de sequelas em bebês por terem passado da data do parto e até óbito de recém-nascido

[\(Estadão.com, 06/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A Polícia Federal deflagrou nesta segunda-feira, 6, em Itaqui, no Rio Grande

do Sul, a Operação Falso Juramento que investiga a cobrança indevida de partos integralmente cobertos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Dois mandados de prisão preventiva são cumpridos.

Em nota, a PF informou que, durante as investigações, ‘foram identificadas dezenas de mulheres que relataram cobrança pela realização de parto cesárea por dois médicos obstetras e um anestesista, no Hospital São Patrício, em Itaqui’. Segundo a Federal, o hospital apresentou documentação de que todo o procedimento foi custeado pelo SUS.

“As pacientes, com receio de entrar em trabalho de parto, solicitavam diretamente aos médicos uma cesárea, que concediam mediante o pagamento de valores que variavam entre R\$ 400 e R\$ 1,8 mil. Esses valores eram integralmente embolsados pelos médicos, pois a internação era realizada pelo SUS”, diz a nota.

A Polícia Federal informou que os pacientes que não conseguiam obter o dinheiro ficavam aguardando o nascimento natural.

“Há relatos de mulheres que já estavam em trabalho de parto há vários dias, mas os médicos negavam a cesárea se não houvesse o pagamento. Foram identificados casos de sequelas em bebês por terem passado da data do parto e até mesmo o óbito de um recém-nascido”, afirma a nota da Federal.

A investigação identificou cobrança indevida há pelo menos 13 anos, ‘o que pode ter rendido mais de R\$ 1,6 milhão aos dois médicos’. Segundo a PF, também eram cobrados outros procedimentos cobertos pelo SUS, como cauterização, aplicação de injeção e cirurgias.

Os dois médicos presos foram encaminhados à Penitenciária Modulada de Uruguaiana e responderão por crimes de corrupção, estelionato e realização de esterilização cirúrgica ilegal. Também foram indiciados uma funcionária de um dos médicos e o anestesista.

PF realiza operação para reprimir propagandas nazistas nas redes sociais

Os policiais cumpriram um mandado de busca e apreensão em Taguatinga. Foram apreendidos HDs, um celular e um computador. A ação teve início na manhã desta terça-feira (13/9)

[\(Correio Braziliense, 13/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

A Polícia Federal desencadeou operação para combater a veiculação de propaganda nazista nas redes sociais. Os policiais cumpriram um mandado de busca e apreensão em Taguatinga. Foram apreendidos HDs, um celular e um computador. A ação teve início na manhã desta terça-feira (13/9).

As investigações da operação, denominada Antinazi, começaram em 2014 devido à publicações neonazistas e discriminatórias realizadas por um homem por meio da internet. O acusado deverá responder pela veiculação de conteúdo nazista previsto na Lei de Crimes Raciais, com pena de 2 a 5 anos de prisão.

Delegados 'elegem' mulher para comando da PF em guerra por independência

(BBC Brasil, 02/06/2016) A delegada federal Érika Mialik Marena, que faz parte do grupo que conduz a Operação Lava Jato, obteve o maior número de votos de seus pares entre os candidatos de uma lista tríplice para a escolha

do próximo diretor da Polícia Federal.

Se sua nomeação for confirmada pelo presidente interino, Michel Temer, será a primeira vez que uma mulher chega ao cargo e também a primeira vez que a escolha é feita em votação da própria categoria.



Delegada Érika Mialik Marena (à esq.) foi eleita em 1º lugar para lista tríplice de diretor da PF (Foto: Divulgação/Tânia Rêgo/Agência Brasil)

Tradicionalmente, o diretor-geral da Polícia Federal é escolhido pelo presidente do país. O atual diretor, Leandro Daiello, está no cargo desde o início de 2011, quando foi nomeado pela presidente afastada, Dilma Rousseff.

Mas neste ano, a Associação Nacional de Delegados da Polícia Federal (ADPF) fez uma votação entre seus membros para indicar três nomes de candidatos ao cargo para pressionar o governo a seguir esse novo rito após a saída de Daiello, prevista para ocorrer após a Olimpíada.

A entidade também defende a aprovação da PEC 412 (que aguarda parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados) - que prevê a autonomia administrativa da PF -, a adoção da lista tríplice e um mandato de três anos para o diretor.

A decisão por lista tríplice, porém, causou um racha dentro da Polícia Federal. Para sindicalistas, a votação é injusta e antidemocrática por contar com votos apenas dos delegados, que correspondem a cerca de 10% do total

de funcionários da categoria.

O presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Luís Boudens, diz que não aceita ou reconhece a indicação de uma lista tríplice. Para o presidente da federação, o diretor-geral deve ser escolhido por competência e experiência em gestão administrativa.

“Aceitar a lista é permitir o apoderamento institucional da Polícia Federal. A Lava Jato é patrimônio da sociedade e não pode ser usada para atender a interesses pessoais do cargo de delegado de polícia”, diz Boudens.

Técnico e isento

Em entrevista à BBC Brasil, a delegada que venceu as eleições afirma que a lista é um modelo técnico e isento para definir o dirigente máximo da Polícia Federal. Érika Marena diz que os delegados que concorrem à diretoria têm vasta experiência na carreira e que a escolha é democrática.

“A técnica já é usada em outras instituições, como no Ministério Público Federal, para o posto de Procurador-Geral da República. A escolha representa uma garantia de proteção da Polícia Federal contra ingerências políticas externas e um atestado de lisura, de que operações importantes – como Lava Jato, Zelotes e Acrônimo – terão continuidade sem interferências indevidas”, diz ela.

O presidente do Sindicato dos Policiais Federais em São Paulo, Alexandre Santana Sally, rebate com o argumento de que o Ministério Público elege sua lista tríplice por meio de uma votação com todos os servidores.

“Se a categoria inteira pudesse escolher e outros servidores pudessem se eleger, seria muito mais democrático. Por que somente o cargo de delegado tem condições de exercer a direção-geral do órgão se todos os outros policiais federais também têm nível superior?”, questiona.



Presidente do Sindicato dos Policiais Federais em São Paulo, Alexandre Santana Sally (Foto: Divulgação)

Para Érika Marena, um delegado(a) deve ser o diretor da instituição por ser o responsável por conduzir as investigações.

“Cabe ao delegado, por conta dessa responsabilidade legal, zelar pela melhoria das condições de trabalho de todos os servidores e ouvi-los”, diz ela.

“O mesmo raciocínio se aplica ao voto em lista dos defensores públicos, procuradores e promotores estaduais, como classe dirigente de suas instituições. Não há nada inédito, apenas uma decorrência das responsabilidades do cargo”, afirma Marena.

Racha interno

Para o sindicalista Alexandre Santana Sally, o ideal seria que a escolha do diretor da Polícia Federal fosse feita pelo ministro da Justiça, caso não haja eleições com voto para todos os servidores.

Ele diz que uma possível aceitação da lista tríplice atende a uma “pressão ilegal de uma única categoria” e “vai aumentar ainda mais o racha que existe dentro da Polícia Federal.”

“Não defendemos o Leandro Daiello [atual diretor-geral]. Pelo contrário, temos ressalvas quanto à sua administração. Mas mexer agora na direção, no curso da Lava Jato, uma operação superimportante para a sociedade, não é salutar”, afirma.

Outro argumento em defesa da lista tríplice usado pelos delegados é de que ela aumentaria a autonomia dos policiais.

Érika Marena diz que, sob a atual legislação, a PF está sujeita a interferências externas de forma indireta.

“Uma coisa é a autonomia técnico-jurídica na condução de uma investigação criminal, que não pode sofrer interferências diretas por garantia legal. Mas há formas de interferência indireta, como no corte de recursos, alocação de pessoal etc”, diz Marena.

“Por isso, precisamos buscar a autonomia funcional, administrativa e financeira, que permite à instituição elaborar sua proposta orçamentária, definir a aplicação de seus recursos e a sua gestão de pessoal, como têm feito a Defensoria Pública da União e as agências reguladoras, sem que isso implique em independência do Poder Executivo”, afirma ela.

Os sindicalistas, por outro lado, dizem que a Polícia Federal já é isenta e usam como prova o sucesso da Operação Lava Jato e as investigações que atingem políticos ligados a partidos diferentes.

Partidos políticos de oposição ao governo Temer chegaram a levantar a hipótese de que a Lava Jato poderia ser bloqueada por influência do novo governo.

O presidente interino negou qualquer obstrução na investigação e, na apresentação de seu ministério, disse apoiar a isenção da Polícia Federal e do Ministério Público Federal.

Em 19 dias de governo, porém, dois ministros do gabinete apontado por Temer foram afastados após o surgimento de gravações que sugeriam que estes apoiavam a ideia de obstruir investigações da Lava Jato.

Primeira mulher

Em meio à polêmica de formar um time de ministros sem mulheres, o presidente interino Michel Temer pode usar a nomeação de Marena como uma forma de amenizar as críticas. Para a delegada eleita, essa decisão será

um avanço.

“A eventual escolha de uma mulher para a direção-geral de uma instituição como a Polícia Federal será uma consequência natural da evolução da sociedade brasileira. A importância dessa escolha é a concretização dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição, como a isonomia entre homens e mulheres”, disse à BBC Brasil.

Ela afirmou ainda que a experiência obtida na Lava Jato será um diferencial em sua gestão e poderá estender a experiência para outras investigações.

“A Lava Jato envolve gestão de pessoas, logística, operacional, além da consciência da necessidade de trabalho em equipe. A expertise adquirida com a Operação Lava Jato pode e deve ser expandida para todo o Brasil, não apenas na área de combate à corrupção, mas a todas as áreas de investigação de atribuição da Polícia Federal.”

Felipe Souza

Acesse no site de origem: [Delegados ‘elegem’ mulher para comando da PF em guerra por independência \(BBC Brasil, 02/06/2016\)](#)

Acarajé não é bagunça, por Flávia Oliveira

(Projeto Colabora, 26/02/2016) Alimento sagrado para o candomblé vira sinônimo de propina e batiza operação da PF

Foi indigesto para o povo de santo o nome escolhido pela Polícia Federal para batizar a fase da vez na Operação Lava Jato. Além da disposição para investigar a teia de escândalos de corrupção, que começou na Petrobras e ninguém sabe onde vai dar, a instituição ganhou reconhecimento nos últimos tempos pela criatividade na denominação das diligências. Na mais recente,

uma iguaria famosa da culinária afro-brasileira foi parar nas manchetes ao ser usada como sinônimo de propina por um dos investigados. Não prestou. Horas depois de a PF anunciar a Operação Acarajé, na segunda-feira, o Coletivo de Entidades Negras (CEN) publicou nota de repúdio à designação. Ontem, a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) enviou ofício à Secretaria Nacional de Segurança Pública, à PF e ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos pedindo a imediata troca do nome. Os religiosos não aceitam que um órgão público tenha ratificado a associação de um alimento sagrado do candomblé à prática criminosa.

“Assimilar essa expressão sacra ao crime, especialmente à corrupção, ofende religiões e religiosos de matriz africana. Cidadãos, no afã da comunicação criativa, poderiam errar, pedir desculpas, reconhecer a má criação intolerante e insensível. Seria um caso da vida privada. Ao Estado e seus entes não é permitido cometer tais erros”, diz trecho do documento, assinado pelo babalaô Ivanir dos Santos, representante da Comissão. Até a noite de ontem, nenhum dos órgãos tinha respondido.

O acarajé é ícone, não só da gastronomia, mas também das tradições religiosas, históricas e culturais da Bahia. E do Brasil. Em 2004, foi incluído no Livro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Desde então, o ofício das baianas do acarajé está classificado como bem imaterial do país. Diz a certificação do Iphan, órgão federal como a PF:

“A receita tem origem no Golfo do Benim, tendo sido trazida ao Brasil com a vinda de escravos da região. No início, todas as pessoas que produziam e comercializavam o acarajé eram iniciadas no candomblé, numa prática restrita às mulheres, em geral filhas de santo dedicadas ao culto de Xangô e Iansã (Oyá). Durante o período colonial, as negras libertas ou negras de ganho preparavam os quitutes e saíam às ruas de noite, para vendê-los, dando origem ao costume”.

No ano passado, uma batalha judicial foi travada na Bahia, porque representantes de igrejas neopentecostais tentaram mudar o nome do alimento para Bolinho de Jesus, e assim roubar a identidade com as religiões

de matriz africana. O Iphan entrou na briga, defendendo lei específica para reservar a denominação ao alimento produzido nos moldes do que a legislação internacional chama de expressões culturais tradicionais. Mesmo vendido como quitute em tabuleiros e bancas na rua, o acarajé (que em iorubá significa “comer bola de fogo”) é preparado seguindo preceitos religiosos.

“Essa forma tradicional (de preparar o acarajé) é um fazer ligado à vinculação com religiões afro-brasileiras e que, muitas vezes, se desdobra como ofício. Há indumentária, procedimentos, rituais, tipo de produto”, declarou ao jornal “Correio da Bahia”, em junho de 2015, a antropóloga Maria Paula Adinolfi, autora dos argumentos jurídicos para proteção do uso do nome pelo Iphan.



Em iorubá, acarajé significa “comer bola de fogo” (Foto: Reprodução)

Militância pressupõe defesa intransigente de pontos de vista. É por meio dessa atuação enfática - para tantos, exagerada - que reflexões secundarizadas ganham espaço no debate social. Contudo, em vez de compreender as razões históricas que levaram representantes das religiões de matriz africana a criticar a PF, palpiteiros de redes sociais preferiram desqualificar, ridicularizar, debochar dos argumentos. Houve quem falasse em “fundamentalismo do axé”, num evidente desconhecimento sobre o significado do primeiro termo combinado à provocação gratuita aos muçulmanos.

A miopia em relação às tradições afro-brasileiras tem origem no regime

escravocrata do Brasil Colônia e se estende aos dias de hoje, em razão do desprezo do sistema educacional pelo ensino da história e da cultura negras no país. Em janeiro de 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.639, que determina o ensino das duas disciplinas em escolas de níveis fundamental e médio, públicas e particulares. De lá para cá, quase nada mudou. São raros os estabelecimentos em dia com a legislação.

Para piorar, o ensino religioso nas escolas, em geral, se relaciona mais com a catequese (católica ou neopentecostal) do que com o ecumenismo. No Rio, pesquisa do Grupo Ilé Oba Òyó, da Pós-Graduação em Educação da Uerj, descobriu que, de 500 docentes em religião admitidos por concurso em 2004, 68% eram católicos e, 26%, evangélicos. No recém-divulgado Relatório de Combate à Intolerância Religiosa, 5% das agressões por credo partem de professores. Uma ação direta de inconstitucionalidade pedindo que o ensino religioso em escolas públicas seja de natureza não confessional tramita no Supremo Tribunal Federal. Caberá ao STF determinar que modelo de Estado laico o Brasil terá de praticar.

Por desconhecimento, preguiça ou má-fé, os brasileiros assentaram-se no mito da democracia racial, com a conivência da escola e dos livros e da produção audiovisual e do poder econômico. Desde sempre, estudamos a Segunda Guerra Mundial. Fomos treinados (corretamente) a farejar as barbaridades do nazismo e a repudiá-lo. A ponto de o Ministério Público do Rio conseguir no Tribunal de Justiça a proibição da venda e o recolhimento no país de “Minha luta”, livro-manifesto de Adolf Hitler, sob o argumento (justificado) de fomentar a intolerância. Para violações às tradições e à história do povo negro - e também dos indígenas - fechamos os olhos.

Acesse no site de origem: [Acarajé não é bagunça, por Flávia Oliveira \(Projeto Colabore, 26/02/2016\)](#)

Baianas e entidades negras criticam nome Acarajé em operação da PF

(Agência Brasil, 25/02/2016) As operações da Polícia Federal, além da repercussão pela investigação e prisões, ganham fama também por conta dos nomes inusitados. Dessa vez, a 23ª fase da Lava Jato, batizada de Operação Acarajé, gerou revolta entre os movimentos negros da Bahia e as baianas do acarajé.

Se para alguns o acarajé é apenas uma iguaria, para os adeptos do candomblé é uma comida ritual para a orixá Iansã.

“Não é simplesmente vender acarajé. Tem um ritual, a hierarquia da família, a história do acarajé. Porque todas as baianas do acarajé são filhas de Iansã, porque ninguém trabalha com o acarajé a toa”, explicou a baiana Dulcimari de Jesus.

De acordo com a Polícia Federal, o nome foi escolhido em alusão ao termo utilizado por alguns investigados dessa fase para nominar o dinheiro em espécie envolvido no esquema de corrupção. A coordenadora da Associação Nacional das Baianas de Acarajé (ABAM), Rita Santos, considerou a associação do termo a um assunto negativo uma ofensa à tradição religiosa.

“Foi difícil de ver a associação de uma oferenda de um orixá a um grupo de ladrões. Não vai ter impacto na hora de a baiana vender, mas vai haver [impacto] no mundo todo, porque sempre que se falar em acarajé, as pessoas vão ligar uma coisa à outra”, avaliou.

Nota de repúdio

A organização não governamental Coletivo Entidades Negras publicou nota de repúdio contra o uso do nome acarajé para a operação, que prendeu pessoas suspeitas pagamento de propina esta semana, entre elas o publicitário João Santana, responsável por campanhas eleitorais do PT.

Na nota, a organização alega que “nada justifica a escolha deste nome para a operação” e pondera que o acarajé “é alimento sagrado para as pessoas que, em todos o país, cultuam os orixás”. A entidade diz que a escolha da PF demonstra “total desrespeito religioso a um elemento sagrado do candomblé, desrespeitando toda a tradição e história da religião no Brasil”.

A entidade ingressou no Ministério Público com um pedido de mudança no nome da operação.

“Estamos fazendo o diálogo com o Ministério Público, para essa mudança no nome [da operação da PF], por compreender o nosso valor histórico, por compreender o valor da mulher e a ligação com o acarajé que, para a gente, é uma iguaria muito importante, também. Mas, sobretudo, retrata a resistência das mulheres negras”, explicou o diretor do Coletivo Entidades Negras, Adailton Borges.

Além de oferenda aos orixás, o acarajé era comercializado, no período colonial do Brasil, pelas chamadas escravas de ganho ou negras libertas, como forma de sobrevivência, após a abolição da escravatura.

Sayonara Moreno

Acesse no site de origem: [Baianas e entidades negras criticam nome Acarajé em operação da PF \(Agência Brasil, 25/02/2016\)](#)

MP, PF e Unesp investigam blog que dá passo a passo de como praticar estupros

(IG/SP, 28/07/2015) O Ministério Público de São Paulo, a Polícia Federal e a Universidade Estadual de São Paulo abriram procedimentos para investigar

autoria da página, que teria sido criada por um aluno da Unesp segundo denúncias. A Polícia Civil do Estado também monitorou os conteúdos criminosos até confirmar que autores não residem no Estado.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [MP, PF e Unesp investigam blog que dá passo a passo de como praticar estupros \(IG/SP - 28/07/2015\)](#)

PF investigou 374 casos de tráfico de pessoas para exploração sexual desde 2010

(CNJ, 30/03/2015) No Brasil, a atuação de grupos criminosos levou a Polícia Federal a abrir, de janeiro de 2010 a março deste ano, 374 inquéritos para investigar o tráfico doméstico e internacional de pessoas para fins de exploração sexual, sendo que 35 deles foram instaurados neste ano. Os interessados em participar do evento podem se inscrever até o dia 8 de abril por meio do Portal CNJ. O combate ao tráfico de pessoas está nas agendas de governos e agências internacionais de todo o mundo. Segundo as Nações Unidas, 80% das vítimas são exploradas como escravas sexuais. O tráfico também está relacionado à doação involuntária de órgãos, casamentos forçados, servidão doméstica, mendicância forçada, trabalho escravo e imigração ilegal.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [PF investigou 374 casos de tráfico de pessoas para exploração sexual desde 2010 \(CNJ, 30/03/2015\)](#)